



**Escola Nacional de
Administração Pública**

**POLO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO
BERNARDO DO CAMPO - SP**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte dos requisitos
para obtenção do grau de Especialista em
Desenvolvimento Local e Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável.

Aluno: Paula Lopes de Araujo
Orientador(a): Prof(a). Dra. Maria Gabriela
von Bochkor Podcameni

Brasília – DF
Setembro/2019

RESUMO

O presente projeto de intervenção busca estruturar uma rede de apoio e fomento a pequenos empreendimentos locais de base sustentável, como forma de reverter o processo de degradação socioambiental e econômica de uma região periurbana do município de São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo.

Para tanto serão identificadas as atividades existentes e potenciais de base sustentável, os atores parceiros, o desenho de Políticas Públicas de incentivo ao empreendedorismo sustentável de forma a apoiar Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – ASPIL compondo um Polo de Desenvolvimento Sustentável.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. PROBLEMA	1
2.1. Definição do problema	1
2.2. Contexto	2
2.3. Localização do Plano de Intervenção	6
2.4. Diagnóstico Preliminar	7
2.5. ODS Relacionados.....	13
2.6. Público-Alvo.....	14
2.7. Instituição/unidade funcional gestora e idealizadora.....	15
3. JUSTIFICATIVA	15
4. OBJETIVOS	15
4.1. Objetivo Geral.....	15
4.2. Objetivos específicos.....	16
5. REVISÃO DE LITERATURA	16
5.1. Atividades de base sustentável.....	16
5.2. Políticas Públicas de incentivo ao empreendedorismo sustentável.....	19
5.3. Arranjos Produtivos Inovativos Locais - ASPIL.....	21
6. METODOLOGIA.....	21
7. ESCOPO DO PROJETO	22
7.1. Não Escopo do Projeto.....	22
8. ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO	23
9. LEVANTAMENTO DE RESTRIÇÕES, PREMISSAS E RISCOS.....	24
9.1. Levantamento de Restrições	24
9.2. Premissas	24
9.3. Riscos.....	24
10. ESTRUTURA DE GESTÃO E PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NO PROJETO.....	26
11. CRONOGRAMA.....	26
11.1. Cronograma de Marcos.....	29
11.2. Cronograma do projeto.....	29

12. QUADRO DE TRABALHO/EQUIPE DO PROJETO.....	31
13. RECURSOS NECESSÁRIOS.....	31
13.1. Recursos Materiais Necessários.....	32
13.2. Aquisições e Contratações Necessárias.....	32
14. ORÇAMENTO.....	32
15. RESULTADOS ESPERADOS.....	33
16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34
APÊNDICE A – Proposta de Questionário a ser aplicado aos empreendedores.....	37

1. INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana de São Paulo tem apresentado, nas últimas décadas, aumento populacional com expansão urbana sobre áreas ambientalmente protegidas, como a Área de Manancial do Reservatório Billings, que abastece parte da região. A ocupação ocorre de forma irregular, com problemas sociais, econômicos e ambientais.

Como forma de reverter a situação, o município de São Bernardo do Campo propõe a estruturação de um Polo de Desenvolvimento Sustentável, de forma a apoiar atividades compatíveis com as características naturais da região, e permitir o desenvolvimento socioeconômico da região.

2. PROBLEMA

2.1. Definição do problema

Ocupação irregular com aumento do desmatamento e poluição do reservatório Billings, manancial de abastecimento em São Bernardo do Campo – SP



Figura 1. Imagens do local de intervenção (PMSBC)

De acordo com estudo divulgado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2019), a expansão urbana desordenada na macrometrópole paulista, principalmente pela população de baixa renda, se estende para áreas de preservação ambiental, pondo em risco o abastecimento de água na região. Do total de 33 milhões de habitantes da macrometrópole paulista, 3,8 milhões vivem em condições precárias. A ocupação urbana desordenada tem aumentado os riscos de

escassez hídrica na região, que concentra 20% do patrimônio natural protegido do estado de São Paulo.

2.2. Contexto

No município de São Bernardo do Campo existem remanescentes de mata atlântica na Área de Manancial que abastece a cidade e parte da Região Metropolitana de São Paulo. A figura 2 mostra a presença de áreas vegetadas na região.

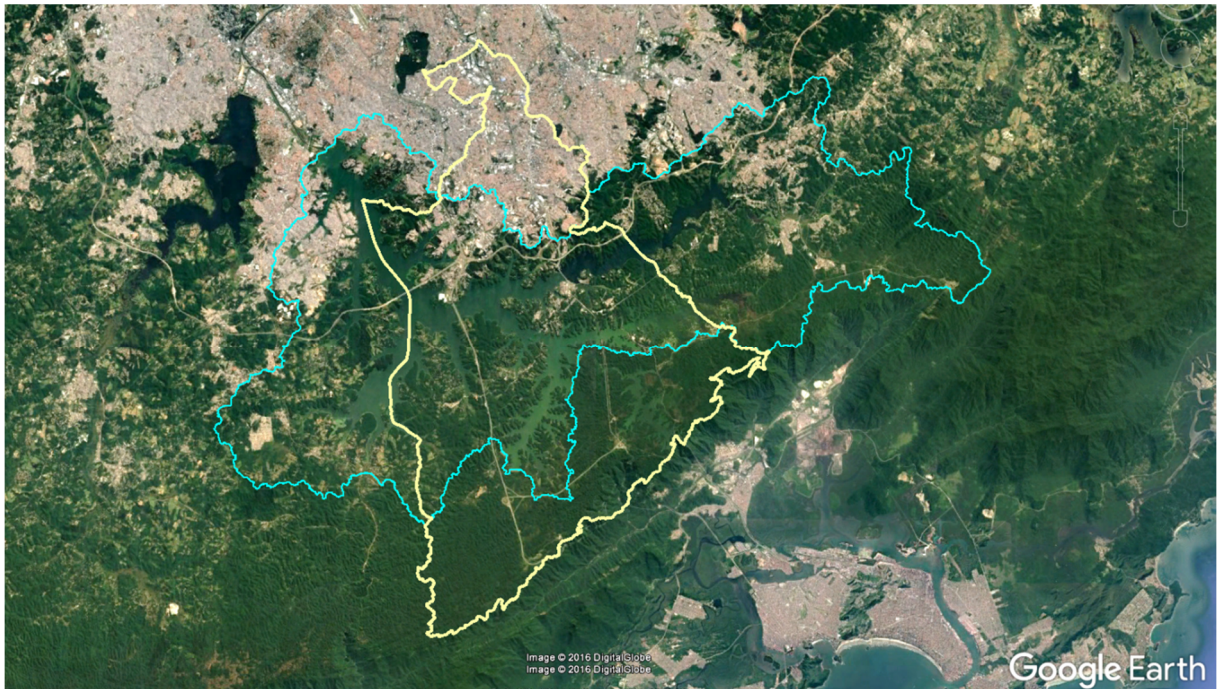


Figura 2. Limite municipal de São Bernardo do Campo e delimitação da bacia do reservatório Billings

Essa região vem sendo ocupada irregularmente, com problemas sociais, econômicos e ambientais. A figura e 4 deixam claro o aumento populacional ocorrido nos últimos censos do IBGE de 2000 e 2010.

A figura 3 apresenta a quantidade de pessoas residentes conforme o Censo do IBGE de 2010, com cores mais escuras onde há mais residentes.

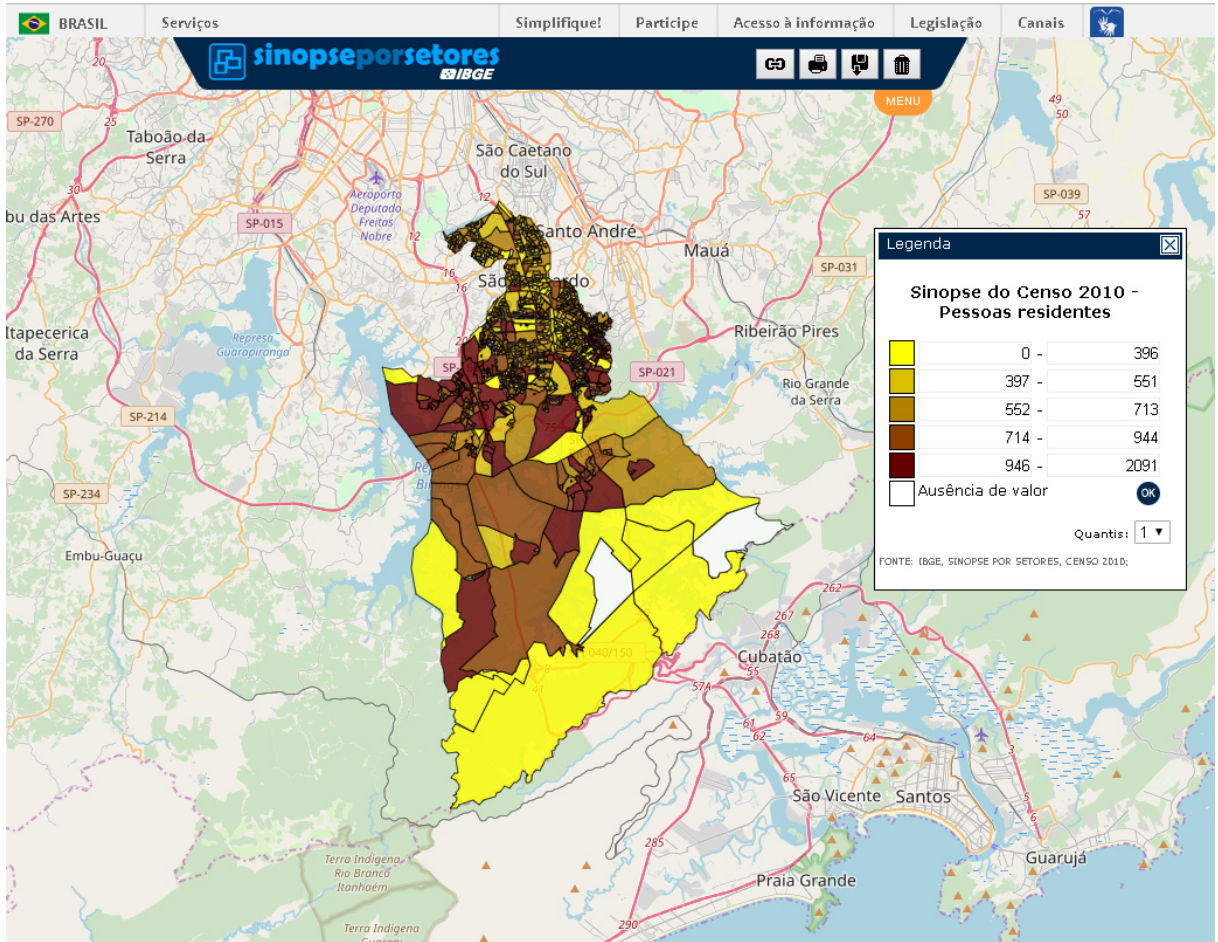


Figura 3 - Pessoas residentes por setor censitário (IBGE,2010)

A figura 4 mostra o crescimento populacional ocorrido entre os censos do IBGE de 2000 e 2010 na área alvo do projeto, com acréscimo populacional de até 28%.

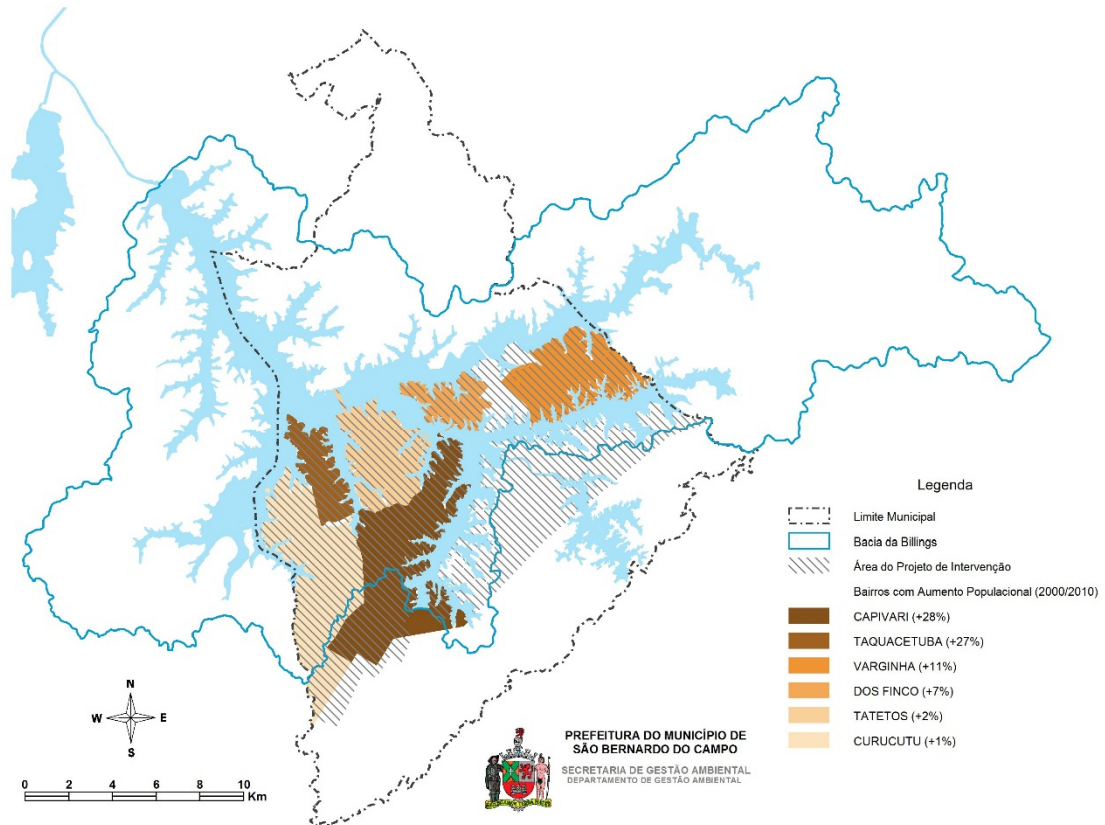


Figura 4. Aumento populacional nos bairros da área de intervenção do projeto. Elaboração própria com base em dados dos censos 2000 e 2010 IBGE , base de dados cartográficos PMSBC.

A falta de saneamento, de oportunidades de emprego e renda, aumenta mais a vulnerabilidade do local, conforme ilustra a figura 5 sobre o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social que é baixo para a região (SEADE, 2010).

Apesar desse cenário, já foram identificadas algumas atividades que poderiam ser desenvolvidas de forma compatível com a proteção ambiental, tais como: ecoturismo, pesque-pague, restaurantes, hortas orgânicas, entre outros que serão descritos adiante.

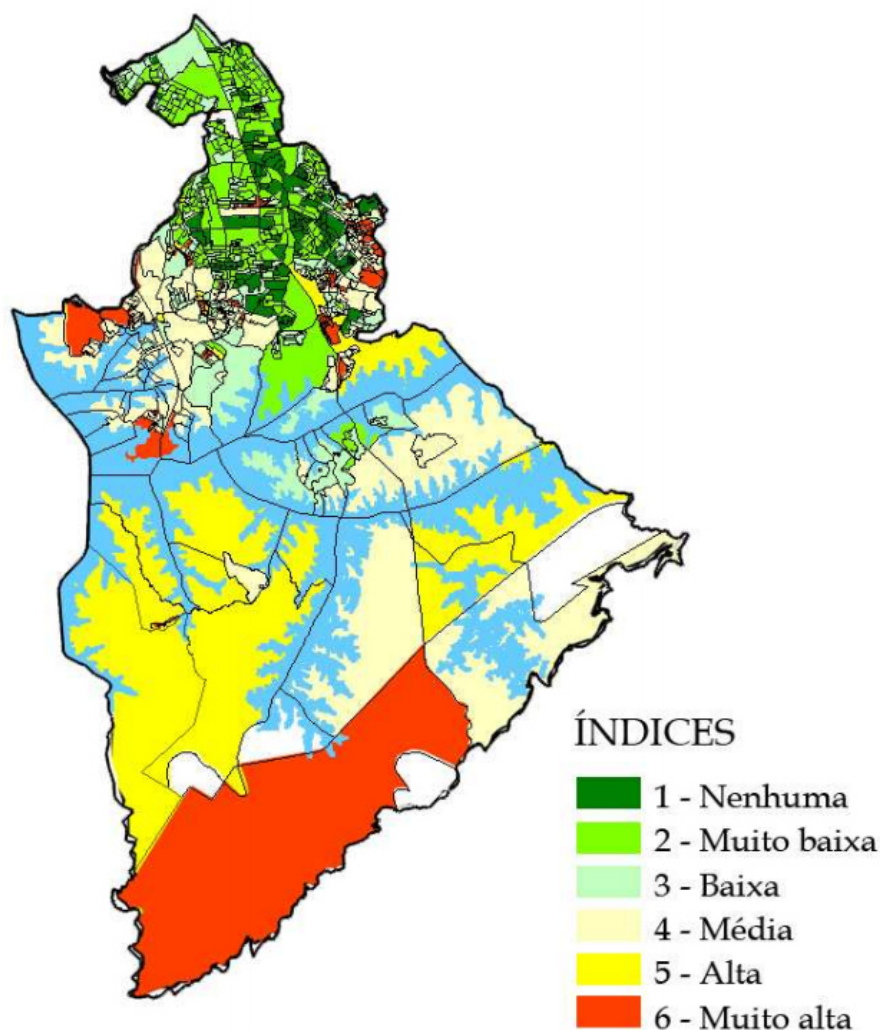


Figura 5 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (SEADE, 2010)

O potencial turístico do município está historicamente ligado ao turismo de negócios, devido ao parque industrial instalado, principalmente montadoras de veículos. Sua localização estratégica, entre a cidade de São Paulo e o Porto de Santos, com as rodovias Anchieta, Imigrantes, e o Trecho Sul do Rodoanel, leva um fluxo elevado de circulação de pessoas e mercadorias. A cidade conta com rede hoteleira, restaurantes e ampla oferta de serviços.

O município está no Mapa do Turismo Brasileiro, na categoria B (MTUR, 2018). A Categorização dos Municípios no Mapa do Turismo Brasileiro é um instrumento do Ministério do Turismo – MTur para identificar o desempenho da economia turística, estabelecida pela Portaria nº 144 de 2015. Leva em consideração a quantidade de estabelecimentos de hospedagem, de empregos nesses estabelecimentos, a quantidade estimada de visitantes domésticos e de visitantes internacionais. As

categorias vão de A, que representa os municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem, até a categoria E, com aqueles municípios que não possuem fluxo turístico expressivo e nem empregos e estabelecimentos formais no setor de hospedagem (MTUR, s.d).

O município de São Bernardo do Campo passou a integrar o grupo com título de Município de Interesse Turístico (MIT) desde fevereiro de 2019, a partir da publicação da Lei Estadual nº 16.938/2019.

Além do turismo de negócios, e do fomento ao programa de Turismo Industrial, o município possui outros importantes atrativos ligados ao seu patrimônio ambiental e beleza cênica que proporciona a mata atlântica às margens do reservatório Billings. Dentre esses atrativos destacam-se o Parque Natural Municipal Estoril, na região do Riacho Grande, o Polo Ecoturístico Caminhos do Mar em estrada histórica que liga São Bernardo à cidade de Cubatão e ao litoral, e a praia lacustre conhecida como “Prainha do Riacho Grande”.

Em 2019, foram recebidas cerca de 15 mil visitas de turistas por mês nos principais equipamentos públicos voltados ao lazer do município. O Parque Estoril e a Prainha do Riacho Grande registram números expressivos em visitas, resultando em uma média de 5 mil pessoas mensalmente (ABC DO ABC, 2019)

No entanto, quando se trata de turismo ecológico, quantidade não é sinônimo de qualidade, e a capacidade de carga dos locais deve ser considerada para propor as estratégias de apoio ao ecoturismo.

2.3. Localização do Plano de Intervenção

Os trabalhos serão desenvolvidos na Área de Manancial do Reservatório Billings em São Bernardo do Campo - Região Metropolitana de São Paulo, congregando, em princípio, os seguintes bairros: Capivari, Curucutu, Dos Finco, Dos Imigrantes, Montanhão, Rio Grande, Rio Pequeno, Santa Cruz, Taquacetuba, Tatetos, Varginha, Zanzala. A área total é de 134 km², conforme a área sombreada no mapa.



Figura 6. Área de intervenção do projeto. Elaboração própria.

2.4. Diagnóstico Preliminar

Dois projetos realizados pela Prefeitura de São Bernardo do Campo identificaram atividades existentes e potenciais para desenvolvimento com menor impacto ambiental e geração de emprego e renda com resgate cultural da região: Rotas do Capivary e Pesqueiro Sustentável.

A Rota ecoturística “Caminhos do Capivary” fica na região alvo do presente estudo, conhecida como pós-balsa, pois é preciso atravessar um braço da represa Billings de balsa para chegar ao local. Trata-se de um roteiro com 25km de extensão que tem seu histórico ligado às viagens de indígenas e dos tropeiros na travessia entre o litoral e o planalto paulista (SÃO BERNARDO, 2017). A rota é sinalizada e passa por atividades de interesse como: Alambique com produção artesanal de cachaça; Aldeia Indígena Guarani, que oferece visita monitorada, artesanato e apresentações culturais; Hortas orgânicas entre outros.

O programa “Pesqueiro Sustentável” foi criado em 2013 no âmbito dos trabalhos da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de São Bernardo do Campo, no intuito de promover melhorias sociais, econômicas e ambientais nos pesqueiros participantes, por meio de cursos e apoio técnico (ARAÚJO, et al, 2016). Na área alvo desse estudo foram trabalhados no programa dois pesqueiros do tipo pesque e pague.

A região tem potencial para incremento do ecoturismo, por meio de trilhas e caminhadas ecológicas, passeios de barco na represa, turismo pedagógico e atividades de educação ambiental. Além disso, a produção de mudas para recuperação ambiental e produção de frutos da mata atlântica como o cambuci, que já possui uma rota intermunicipal com festivais estruturados, do qual o município já faz parte. Atividades existentes encontradas em campo nos projetos supracitados:

Roteiros ecoturísticos:

- Rota Cicloturística “Caminhos do Capivary”: roteiro sinalizado e autoguiado com 25km de extensão que circula a região alvo do projeto. Passa por diversos atrativos do local.



Figura 7. Ciclistas na rota Caminhos do Capivary. Fonte: PMSBC (no prelo)

- Billings-Tour: Passeio de barco pela represa Billings, operado pela colônia de pescadores da represa como alternativa de renda, principalmente em época do defeso na qual a pesca é proibida.



Figura 8. Passeio de barco na Billings. Fonte: PMSBC (no prelo)

Turismo cultural/etnoturismo:

- Terras indígenas: Aldeia Guarani Guyrapaju. Agendamento de visitas com experiências as mais diversas pelo site: <https://tenondepora.org.br/gestao-do-turismo/experiencias/>

Aldeia Guarani Brilho do Sol: sem informações sobre visitas



Figura 9. Aldeias Guarani. Fonte: <https://tenondepora.org.br/>

Produtos Artesanais:

- Rede Balsear: Cerâmicas com folhas da Mata Atlântica da região, confeccionadas por mulheres, como fonte alternativa de renda para as famílias.



Figura 10. Cerâmicas com motivos da Mata Atlântica pela Rede Balsear. Fonte: PMSBC (no prelo)

- Alambique Vale Encantado (Alambique do Bibi): oferece bebidas artesanais – vinhos, licores e cachaças de todos os tipos, além de doces caseiros, queijos, espaço para piquenique. Em local amplo e com animais e área verde, o ambiente lembra uma chácara instalada em local tranquilo e familiar. Possui estacionamento. Também é possível acessar a propriedade de barco ou jet ski, pelo Reservatório Billings, uma vez que os fundos do Alambique estão voltados para represa.



Figura 11. Alambique. Fonte: PMSBC (no prelo)

Pesqueiros:

- Sol Pescarias: oferece pesca esportiva (pegue e solte), pesque-pague que possui estrutura para lanches, restaurante, além de amplo estacionamento.



Figura 12. Pesqueiro Sol. Fonte: PMSBC (no prelo)

- Pesqueiro Pedra Branca: pertence a uma família de descendentes de japoneses da região, oferecendo comida típica japonesa. O local oferece pesca esportiva, pesque-pague, lanches, restaurante – almoço mediante agendamento, estacionamento.



Figura 13. Pesqueiro Pedra Branca. Fonte: PMSBC (no prelo)

Diversos:

- Planeta Natureza: oferece piscina, alojamento coletivo, refeitório, passeio a cavalo, área para acampamento, esquibunda, minhocário, horta orgânica, estacionamento amplo, refeições. Funciona apenas sob agendamento de grupos por meio de telefone. Não possui site.



Figura 14. Planeta Natureza. Fonte: PMSBC (no prelo)

- Recanto São Judas: possui piscina, alojamento coletivo para 90 pessoas, refeitório, sala de jogos, sala de televisão, quadra poliesportiva, campo de futebol, sala de orações, sala de reunião, estacionamento. Apenas sob agendamento.



Figura 15. Recanto São Judas. Fonte: PMSBC (no prelo)

Atividades Potenciais:

- Trilhas e caminhadas ecoturísticas: pela beleza cênica, principalmente das barragens do Rio Passareúva.



Figura 16. Barragem. Fonte: PMSBC (no prelo) Figura 17. Represa. Fonte: PMSBC (no prelo)

- Caminhos do Mar: local de visitação pública, mediante agendamento, em trecho de Serra que compõe a Estrada Velha de Santos, que ligava o planalto paulista ao litoral. O local abriga um precioso patrimônio histórico e ambiental, em meio à Mata Atlântica, e marca períodos da história como a Calçada do Lorena

(1792), primeiro caminho pavimentado com rochas ligando o planalto ao litoral, além do conjunto de oito monumentos históricos construídos em 1922, em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. Os monumentos são tombados pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Sob gestão da Fundação Florestal do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, s.d).

- Trilha do Carvão: Trilha existente no bairro do Riacho Grande. Trata-se de um trajeto que leva o visitante às margens da Represa Billings e também passa por grutas que seriam antigos fornos de carvão, daí seu nome.

- Trilhas no PESM: Na porção sul do município encontra-se parte do Parque Estadual da Serra do Mar, núcleo Itutinga-Pilões. Trata-se de uma Unidade de Conservação de proteção integral sob gestão do Estado de São Paulo, onde atividades de educação ambiental com trilhas interpretativas são oferecidas pelo parque mediante agendamento.

- Hortas: Foram identificadas treze áreas de hortas na região. Existe o potencial para a transição orgânica dessas atividades (verificar quais já são), compor parte da merenda escolar da região a partir desses produtores. Incentivar o turismo rural nas propriedades.

Desafios: Os atrativos encontram-se em locais de difícil acesso sem automóvel, com predominância de estradas de terra que requerem manutenção constante. Existe dificuldade de comercialização dos produtos e serviços, como divulgação e oferta de locais de venda. A Rede Balsear e Billings-Tour possuem página em rede social. Também identificou-se resistência no aceite de pagamento em cartão por parte de alguns estabelecimentos.

Oportunidades: Apoiar a criação de agências e operadoras locais de ecoturismo para realização desses passeios na região. Compor um roteiro turístico com atividades diversas: caminhadas, remada, passeios de barco, cavalgada, almoço em pesqueiro, parada para compras de artesanato local (cerâmicas artesanais da rede Balsear e cachaças artesanais do Alambique).

A rota ciclística já é utilizada por cicloturistas, sendo que a Prefeitura promove, pelo menos uma vez ao ano, uma “pedalada” para divulgar a rota. Existem duas

padarias, uma no início e outra ao final da rota, como pontos para parada, além dos pesqueiros que possuem banheiros e restaurante/lanchonete.

2.5. ODS Relacionados

O projeto abrange diretamente os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- ODS 9: com apoio aos Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – ASPIL para compor o Polo de Desenvolvimento Sustentável da área do pós-balsa em São Bernardo do Campo;
- ODS 11: com a promoção da sustentabilidade nos assentamentos humanos localizados na região alvo do projeto;
- ODS 15: preservação da fauna e flora, bem como dos rios e lagos, por meio da valorização desses recursos pelo ecoturismo;
- ODS 17: a implementação do projeto ocorrerá por meio de parcerias e fomento à cooperação entre os atores envolvidos.



Indiretamente, com os desdobramentos dos resultados e impactos do projeto ao longo do tempo, espera-se atingir os seguintes Objetivos:

- ODS 2: apoio à produção de horticultura, principalmente com base em métodos de cultivos da agricultura orgânica e agroflorestal;
- ODS 6: promoção do acesso à água potável e a tecnologias de saneamento adequadas à região, melhorando a saúde da população e combatendo a poluição da água;
- ODS 8: promover a estruturação e apoio para atividades econômicas sustentáveis;
- ODS 10: redução das desigualdades promovendo o acesso a capacitações e a oportunidades de emprego e renda.



2.6. Público-Alvo

O público-alvo diretamente afetado será composto por empreendedores da região e interessados em empreender em atividades ligadas ao desenvolvimento sustentável. De acordo com o diagnóstico preliminar, são 12 (doze) empreendimentos identificados e 13 (treze) hortas mapeadas, totalizando 25 (vinte e cinco) empreendimentos existentes, fora os potenciais que poderão ser desenvolvidos. Também será beneficiada de forma indireta a população da região, estimada em 13.

317 habitantes de acordo com o último Censo do IBGE, em 2010.

Os empreendimentos dos diversos setores interagem formando o Arranjo Inovativo Produtivo Local que pode ser fomentado, conforme o fluxo:

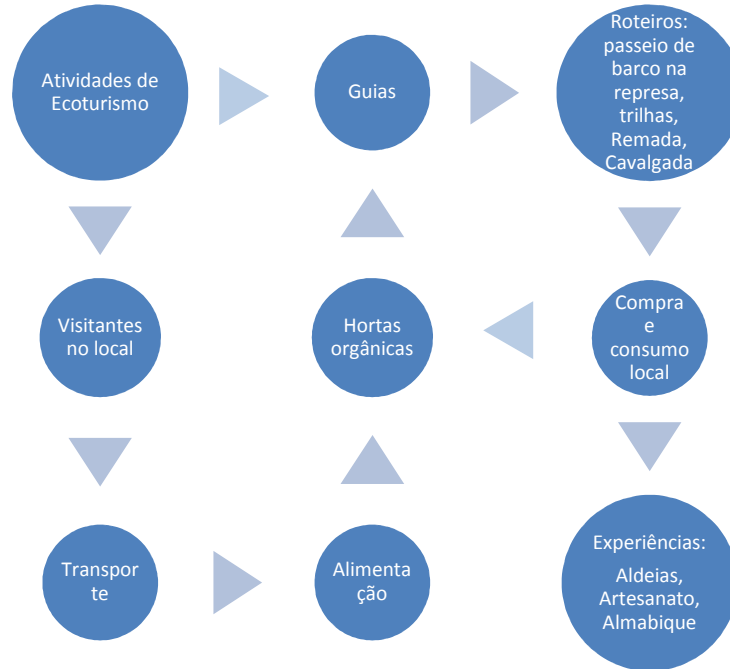


Figura 18. Fluxo de interação entre os setores do ASPIL. Elaboração própria.

2.7. Instituição/unidade funcional gestora e idealizadora

Prefeitura de São Bernardo do Campo / Secretaria de Meio Ambiente

3. JUSTIFICATIVA

O Projeto de Intervenção tem como proposta o fomento e apoio a empreendimentos e atividades sustentáveis em áreas ambientalmente sensíveis como estratégia para reverter a ocupação irregular do território, na forma de um Polo de Desenvolvimento Sustentável. Pretende-se desenvolver atividades de base sustentável.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Promover a melhoria da Qualidade ambiental e das oportunidades de Emprego e renda por meio de atividades de base sustentável

4.2. Objetivos específicos

- Identificar atividades existentes e potenciais de base sustentável;
- Compor a Estrutura de Governança por meio de parcerias;
- Oferecer capacitações aos empreendedores locais;
- Estruturar um sistema de fomento aos Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – ASPIL para compor o Polo de Desenvolvimento Sustentável da área do pós-balsa em São Bernardo do Campo.

5. REVISÃO DE LITERATURA

5.1. Atividades de base sustentável

É comum encontrar menções ao termo “atividades de base sustentável” em documentos oficiais, teses e artigos, no entanto, quase sempre o uso desse termo não vem com a devida descrição, mas sim, seguido de alguns exemplos.

O conceito de desenvolvimento sustentável atingiu o discurso público a partir da publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, 1987)

A sustentabilidade ainda pode ser definida sob a ótica do tripé “Ambiental, Econômico e Social”, cunhado por Elkington (1994, apud Sartori et al, 2014), criador do termo *Triple Bottom Line*, na expectativa de que as empresas devem contribuir de forma progressiva com a sustentabilidade.

O conceito mais próximo do que se pretende utilizar para identificar as atividades de base sustentável encontra-se na Lei Federal nº 9985, de 2000, que estabelece, em seu artigo 2º, inciso XI:

Uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, atividades que permitam o uso dos recursos sem exploração, com foco nas atividades extrativistas de recursos renováveis respeitando o grau de resiliência do meio, dos usos dos serviços ambientais de forma indireta, como atividades de lazer, esportes, contemplação. Manejo sustentável, tecnologias que valorizem o conteúdo cultural local. Essas atividades são consideradas de base sustentável. Dentre elas cabe destacar o potencial do ecoturismo.

Segundo o documento “Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo”, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA, em 1994, sobre o ecoturismo:

O ecoturismo, em especial, configura-se no momento como uma importante alternativa de desenvolvimento econômico sustentável, utilizando racionalmente os recursos naturais sem comprometer a sua capacidade de renovação e sua conservação. Neste segmento, diversos nichos de mercado são identificadas como por exemplo, a observação de aves, safaris fotográficos, observação de flora entre outras atividades. (BRASIL, 1994, p.11-12)

Segundo o Ministério do Turismo (2010), as bases para o desenvolvimento do segmento envolvem:

- Viabilidade da região para o ecoturismo: com Identificação e análise de recursos naturais e Identificação dos serviços turísticos e de apoio;
- Gestão ambiental;
- A cadeia produtiva do segmento;
- Estabelecimento de parcerias e formação de redes;
- Envolvimento da comunidade local: Turismo de Base Comunitária;
- Agregação de atratividade;
- Acessibilidade.

Além disso, o documento inclui:

O Ecoturismo possui entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os

princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal. O desenvolvimento sustentável é um conceito que visa harmonizar o crescimento econômico com a promoção da igualdade social e preservação do patrimônio natural, garantindo que as necessidades das atuais gerações sejam satisfeitas sem, contudo, comprometer o atendimento às necessidades das gerações futuras (BRASIL, 2010, p.11).

Além disso, o ecoturismo como atividade econômica amplia as oportunidades de geração de postos de trabalho, receitas e inclusão social, promovendo, acima de tudo, a valorização e a proteção desse imensurável patrimônio natural (BRASIL, 2010). Dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, 2019) mostram que a visitação em Parques Nacionais bateu recorde em 2018, com um aumento na visitação de 6,15%, com um total de 12,4 milhões de visitas. Em 2017, foram 10,7 milhões de visitas.

Para o ICMBio, o aumento das visitas é decorrente do maior interesse das pessoas pelo meio ambiente e por experiências na natureza, mas também está aliado à estruturação dos parques, envolvendo a sinalização e manejo de trilhas, oferta de variedade de atividades como caminhadas, cicloturismo, observação de aves, atividades educativas e atividades aquáticas, entre outras. Isso gera oportunidades de emprego e renda, de acordo com estudo realizado pelo ICMBIO em 2017, os visitantes gastaram cerca de R\$ 2 bilhões nos municípios do entorno das unidades de conservação. Os resultados mostram que a cada R\$ 1 real investido, R\$ 7 retornam para a economia (ICMBIO, 2019).

O potencial do ecoturismo também foi afirmado em relatório do Fórum Econômico Mundial divulgado, em 2017, com o Ranking de Competitividade de Viagens e Turismo, que analisa 14 dimensões do turismo e compara 136 países. De acordo com o levantamento, o Brasil ocupa o primeiro lugar do mundo no quesito recursos naturais. Além disso, o Brasil manteve 8º lugar na dimensão cultural. No relatório, o Brasil melhorou em itens como infraestrutura para atendimento ao turista, preços e portos. Ainda precisa avançar em quesitos como ambiente de negócios, priorização do governo ao turismo, recursos humanos, abertura internacional e segurança (MTUR, 2017).

Investir em turismo é também investir em infraestrutura e ambiente de negócios que trazem melhoria da qualidade de vida para a população local, como: saneamento, acesso e mobilidade, segurança, etc.

5.2. Políticas Públicas de incentivo ao empreendedorismo sustentável

Muitas das políticas de incentivo ao empreendedorismo, em especial, aos pequenos negócios, estão previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela lei complementar nº 123, de 2006. Nela estão estabelecidas normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente no que se refere:

- I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;
- II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;
- III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.
- IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal (BRASIL, 2006, art. 1º)

Por pequenos negócios entende-se: Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP). A classificação dos pequenos negócios em MEI, ME e EPP foi proposta pela Lei Complementar 123/2006, o requisito ao enquadramento como ME e EPP é apenas o faturamento da empresa, e não a quantidade de empregados nem o capital social, por exemplo. Assim o MEI tem faturamento até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), a ME até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e EP até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2009) no âmbito das políticas de desenvolvimento do município, ações locais ou comunitárias devem discutir e articular iniciativas relacionadas à melhoria do Ambiente de Negócios para os pequenos negócios. Nesse sentido, é importante a simplificação e desburocratização através da criação da Sala do Empreendedor, que

agiliza os processos necessários para abertura de empresas, emissão de Alvará de Localização e Funcionamento, dentre outros serviços.

Outros eixos estratégicos de atuação são:

- Compras públicas: permite que os órgãos públicos comprem usando os mecanismos legais existentes, estimulando o empreendedorismo na região. Quando as compras governamentais que favorecem os pequenos negócios locais e a agricultura familiar, proporciona a circulação da moeda no município. Assim o poder de compra na administração pública pode ser uma ferramenta da política de desenvolvimento.

- Desburocratização: com vistas a tornar o processo de abertura, alteração e baixa de empresas mais dinâmico e simplificado. A Lei Federal nº 11.598/2007 estabelece as diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas.

Outras ações para a gestão pública empreendedora que apoiará o desenvolvimento dos pequenos negócios locais:

- Cursos de capacitação de acordo com as vocações e atividades locais;
- Simplificação dos processos e canais de relação entre a prefeitura e a sociedade;
- Desenvolvimento de incubadoras e parques tecnológicos. (SEBRAE, 2017).

De acordo com o SEBRAE, o planejamento de políticas públicas para atender aos pequenos negócios envolve conhecimento da realidade local. Para isso, recomenda-se um mapeamento para levantar as vocações, oportunidades e dificuldades do município, bem como dados estatísticos que possibilitem estruturar as possibilidades de intervenção. Devem ser respondidas questões como:

- Quantos são os MEIs e as Micro e Pequenas Empresas do município?
- Quantos são os cidadãos que trabalham de maneira informal? Existe potencial para formalização e formação de pequenos negócios?
- Onde estão? Quais são suas atividades? Quais são suas necessidades ou dificuldades?

Além disso deve ser reconhecida a importância da formalidade para a comprovação da renda; fatura das compras aos fornecedores; acesso aos serviços bancários,

além da cobertura previdenciária. Um cenário de informalidade também prejudica os cofres públicos, e diminui a capacidade do governo de realizar investimentos e prestar serviços de qualidade aos cidadãos (SEBRAE, 2017).

5.3. Arranjos Produtivos Inovativos Locais - ASPIL

Os Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL), de acordo com a RedeSist (2003), são um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais que atuam em diversos setores e que estão localizados em um mesmo território, apresentando vínculos formais ou informais ao desempenharem atividades de produção e inovação.

Tais arranjos permitem um vínculo de localidade, e favorecem a produção e comercialização em rede para fortalecimento de economias locais, principalmente compostas por pequenas empresas.

Segundo Filho Amaral (2011), as políticas públicas podem impulsionar os ASPIL, desde que promova a mobilização dos atores considerando suas bagagens em competências e conhecimentos, sendo protagonistas do processo, não devendo excluir micro e pequenos produtores e empresários, formais ou informais.

Os arranjos produtivos tem sido utilizados como instrumento para o desenvolvimento local unindo desenvolvimento social e econômico, podendo ser um aliado para o desenvolvimento ambientalmente sustentável ao agregar atividades como aquelas decorrentes de cadeias do ecoturismo, por exemplo.

Cassiolato et al (2008) em estudos sobre diversas experiências de ASPILs no país, identificaram que esse arranjo se mostra muito apropriado para atividades culturais e turísticas, pois contribui para ressaltar elementos característicos dessas atividades, como a interação entre os agentes, a coordenação das atividades, a inovação.

6. METODOLOGIA

Pesquisa quantitativa e qualitativa com levantamento de dados primários e secundários. As fontes de informações primárias serão obtidas por meio de uma pesquisa a ser realizada com os empreendedores da região, conforme modelo de questionário do Apêndice A.

As fontes secundárias serão bases de dados socioeconômicos (IBGE, Fundação SEADE, bases da prefeitura como o resgate de pesquisa de campo e entrevistas

realizadas no âmbito de projetos já realizados: Rota do Capivary e Pesqueiro Sustentável). A revisão de literatura foi utilizada para desenhar a estratégia de incentivo ao turismo, empreendedorismo e apoio ao ASPIL com bases documentais do SEBRAE e da REDESIST/UFRJ.

7. ESCOPO DO PROJETO

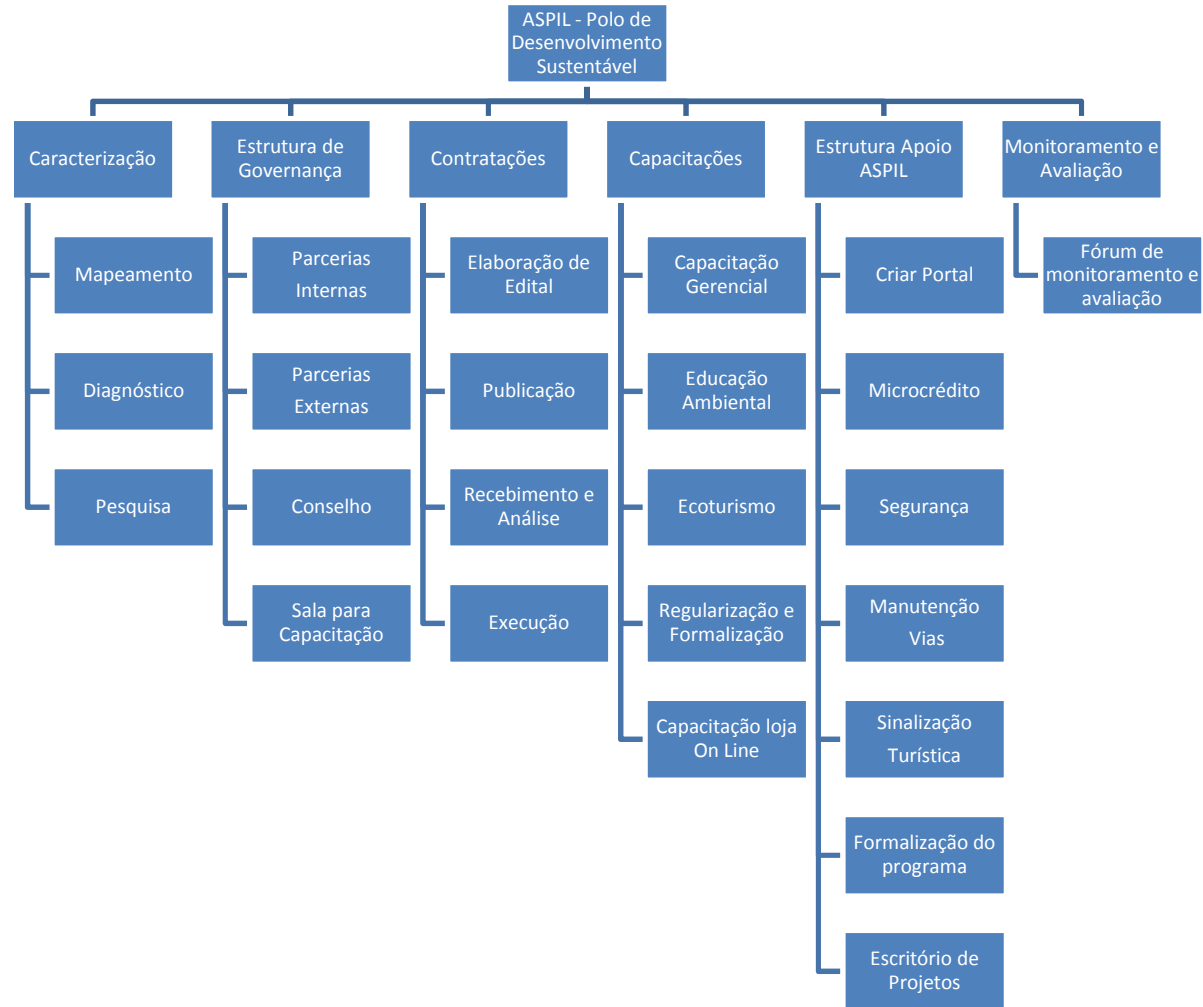
O apoio de ASPIL por meio do fomento a atividades existentes e potenciais de base sustentável, entendidas como aquelas que possuem as seguintes características: baixo impacto ambiental, pouca demanda de uso de recursos e emissão de poluentes, com geração de emprego e renda para a população local.

Para isso serão identificadas atividades existentes e potenciais de base sustentável que irão compor o Polo de Desenvolvimento Sustentável da área do pós-balsa em São Bernardo do Campo, com prioridade para o uso ecoturístico da região. Será composta uma Estrutura de Governança por meio de parcerias, com oferecimento de capacitações aos empreendedores locais. As etapas a serem desenvolvidas para atingir o escopo estão apresentadas na EAP (Estrutura Analítica do Projeto).

7.1. Não Escopo do Projeto

Este projeto não abrange soluções para todos os possíveis problemas da região, como escolas, creches, transportes públicos, segurança pública, saneamento. Mas considera esses aspectos para a proposição de melhorias conforme os desdobramentos futuros do projeto visando melhoria da qualidade de vida da população.

8. ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO



9. LEVANTAMENTO DE RESTRIÇÕES, PREMISSAS E RISCOS

9.1. Levantamento de Restrições

Trata-se das limitações que podem interferir na execução do projeto. No presente caso, as possíveis restrições que podem afetar o projeto são:

- Limitação da equipe, com pequena quantidade de funcionários na unidade idealizadora e gestora do projeto, o que pode afetar o acompanhamento do mesmo;
- Restrições orçamentárias, no contexto de contingenciamento de gastos públicos, é possível que os recursos disponibilizados sejam menores do que o solicitado.

9.2. Premissas

As premissas são quesitos considerados para a execução do projeto, quais sejam:

- Interesse das secretarias no projeto, para compor o grupo de trabalho;
- Interesse dos parceiros institucionais externos à Prefeitura para apoiar o projeto;
- Interesse dos empreendedores na proposta de apoio do ASPIL.

9.3. Riscos

Mudanças nos cenários externos ao projeto podem oferecer riscos, como alterações no orçamento municipal podem afetar o projeto, o desempenho do mercado interno e externo – fatores econômicos, bem como fatores políticos.

Tabela 1. Planilha de Riscos

Nº	Fonte	Tipo	Descrição do evento	Causas	Consequência	Probabilidade e de Ocorrência	Impacto	Severidade	Estratégia de Resposta	Resposta ao Risco	Responsável
1	Técnico	Negativo	Não continuidade do projeto após eleições 2020	Uma mudança de governo pode interromper projeto	Descontinuidade do trabalho/desmobilização dos atores	Média	Alto	Alta	Prevenir	O projeto será iniciado com a participação dos atores internos e externos e com entrega de resultados intermediários ainda em 2019, para que seja mais aceito e defendido numa eventual mudança de gestão.	Gestor do projeto
2	Técnico	Negativo	Piora do cenário econômico	Recessão	Falta de recursos para o projeto	Média	Alto	Alta	Mitigar	Estruturar estratégias junto aos parceiros que considerem um cenário conservador para a obtenção de recursos, com ênfase em estratégias de baixo custo, utilizando as estruturas já existentes para realizar as entregas, como capacitações contando com equipes do quadro de funcionários, reduzindo necessidades de contratações.	Gestor do projeto
3	Técnico	Positivo	Melhora do cenário econômico	Recuperação econômica - macroeconômica		Média	Baixo	Baixa	Aceitar	Recomendar cuidado com previsão otimista, pois cenário macroeconômico está fora do escopo do projeto. Caso aconteça, as atividades serão potencializadas, com estratégias para o melhor desenvolvimento sem fomentar uma alta demanda que provoque o efeito inverso que é a conservação ambiental e não degradação.	Gestor do projeto

10. ESTRUTURA DE GESTÃO E PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NO PROJETO

Foi realizado um levantamento preliminar dos principais atores interessados no projeto, a forma de participação e os resultados, conforme tabela 2.

Tabela 2. Partes interessadas

	Atores	Participação	Resultados
Proponentes	Secretaria de Meio Ambiente - Prefeitura de SBC	Coordenação, equipe técnica, contratação	Melhoria da qualidade ambiental
Beneficiários	Empreendedores e População local	Apoio ao empreendedorismo sustentável. Definição e aprovação de planos e políticas	Oportunidades de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida
Parceiros	Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Senac, Sebrae, Conselho de Turismo, Associação de Agências de Turismo, Associações de Bairro	Apoio na realização da Caracterização das potencialidades e vulnerabilidades ambientais; Inventário de atividades; Análise da demanda turística; Oferecimento de capacitações.	Diversificação econômica, oportunidades de emprego e renda, apoio ao empreendedorismo e formação de novos negócios.
Patrocinadores	Prefeitura (orçamento municipal) e Bancos de Desenvolvimento	Recursos financeiros	Financiamento das etapas que compõem o Projeto

11. CRONOGRAMA

- Etapa 1 - Caracterização
 - 1a. Mapeamento complementar: levantamento documental em base de dados da Prefeitura e do SEBRAE para levantamento dos empreendedores existentes passíveis de compor o Polo, de acordo com os ramos de atividades definidos.

- 1b. Diagnóstico complementar: visitas de campo e busca ativa de empreendimentos existentes e potenciais passíveis de compor o Polo
- 1c. Pesquisa com empreendedores: Aplicação do questionário proposto no Apêndice A para complementar o diagnóstico
- Etapa 2 - Compor a Estrutura de Governança
 - 2a. Estabelecer parcerias entre as Secretarias e compor um Grupo de Trabalho
 - 2b. Estabelecer canal de comunicação com os parceiros externos (Universidades, Serviços de apoio, etc.)
 - 2c. Criar o Conselho Gestor do Polo de Desenvolvimento Sustentável, com composição das instituições parceiras e da sociedade civil
 - 2d. Sala para capacitação e para atendimento aos empreendedores na região alvo do Projeto com acesso à internet, telefone, computadores;
 - 2e. Abertura de Edital de Chamamento para os empreendedores que queiram compor o Polo
- Etapa 3 - Contratações
 - 3a. Elaboração de Editais para contratações, aquisições e termos de parceria
 - 3b. Publicação dos Editais
 - 3c. Recebimento e Análise documental dos Interessados
 - 3d. Execução dos contratos
- Etapa 4 - Capacitações
 - 4a. Oferecimento de cursos de capacitação gerencial em negócios em parceria com o Sebrae.
 - 4b. Cursos de formação em educação ambiental oferecidos pela Secretaria de Meio Ambiente do Município de São Bernardo do Campo.
 - 4c. Cursos de capacitação em ecoturismo
 - 4d. Cursos sobre regularização e formalização dos empreendimentos oferecidos pelas Secretarias de Finanças e Secretaria de Planejamento do Município de São Bernardo do Campo.

- 4e. Curso de capacitação e apoio na criação da loja on line
- Etapa 5 - Estrutura de apoio ao ASPIL
 - 5a. Criar um portal na internet para facilitar a comercialização de produtos e serviços da região, com loja on line.
 - 5b. Facilitação de acesso ao microcrédito junto a instituições financeiras. Bancos como a Caixa, Banco do Brasil e BNDES oferecem programas de Microcrédito Produtivo Orientado para empreendedores formais, informais e Empreendedores Individuais, com empréstimo para melhorar o fluxo de caixa (capital de giro) ou para compra de equipamentos, móveis, ferramentas e demais itens.
 - 5c. Realização de rondas de segurança pela Guarda Civil Municipal – Parceria com a Secretaria de Segurança Urbana
 - 5d. Manutenção e conservação das vias – Secretaria de Serviços Urbanos
 - 5e. Sinalização Turística - Parceria com Secretaria de Turismo
 - 5f. Formalização do programa por meio de dispositivos legais e previsão programática (PPA, LDO, LOA)
 - 5g. Criar um escritório de projetos de apoio ao Polo, para elaboração de projetos e captação de recursos para manutenção de estradas e acessos, segurança, saneamento, apoio institucional e capacitações
- Etapa 6 - Monitoramento e Avaliação: Estabelecer um espaço de diálogo e deliberação, com reuniões periódicas, que pode se constituir em um fórum ou conselho gestor, com participação dos empreendedores, da comunidade local, do poder público e das entidades parcerias (como Sebrae e Senac). Sugere-se que o monitoramento dos resultados e apreciação das demandas sejam debatidas nesse espaço de interação, promovendo uma gestão participativa.

12. QUADRO DE TRABALHO/EQUIPE DO PROJETO

Foram identificados os papéis e responsabilidades da equipe do projeto de acordo com as etapas (tabela 3).

Tabela 3. Papéis e responsabilidades

Marcos do Projeto	Setor	Papel	Responsabilidades
Gestão do Projeto: Abertura, execução, Avaliação	Secretaria de Meio Ambiente	Gestor do Projeto	Gerenciar o andamento das etapas e acompanhar os líderes setoriais
Entrega da Caracterização	Secretaria de Meio Ambiente	Gestor do Projeto	Gerenciar o andamento da etapa e acompanhar os resultados
Composição da Estrutura de Governança	Parceiros do Projeto	Apoio	Acompanhar as atividades e prazos
Edital de Chamamento	Secretaria de Meio Ambiente	Gestor do Projeto	Providenciar instrumentos administrativos. Submeter à Procuradoria.
Realização das Capacitações	Secretaria de Meio Ambiente e Parceiros do Projeto	Grupo de Trabalho e Apoio	Executar as capacitações, providenciar palestrantes e recursos informacionais necessários.
Estrutura de Apoio ao ASPIL	Secretaria de Meio Ambiente e Parceiros do Projeto	Grupo de Trabalho e Apoio	Gerenciar os recursos necessários, além da documentação e instrumentos administrativos de contratos
Monitoramento e Avaliação	Conselho Gestor	Gestão do Monitoramento e Avaliação	Estabelecer um espaço de diálogo e deliberação, calendário de reuniões, metodologia de monitoramento dos resultados e apreciação das demandas.

13. RECURSOS NECESSÁRIOS

- Recursos humanos e institucionais:
 - Existentes: SEBRAE (Sala do Empreendedor); Incubadora; Técnicos da Prefeitura; Faculdades e universidades potencialmente parceiras;
 - Necessários: Constituir parcerias entre as Secretarias e entre a Prefeitura e as demais instituições da sociedade civil.

- Recursos financeiros e de infraestrutura:

- Estrutura de Apoio ao ASPIL: Sala para capacitação e para atendimento aos empreendedores na região alvo do Projeto com acesso à internet, telefone, computadores;
- Melhorias: recursos financeiros e de equipamentos para manutenção de estradas e acessos, segurança, saneamento.

13.1. Recursos Materiais Necessários

Recurso	Descrição
Automóvel	Veículo para vistoria, com 5 lugares, 4 portas, 4x4.
Computador	Micro computador portátil (notebook) com Windows, powerpoint para apresentação de slides. Com bateria recarregável, , entrada USB e HDMI
Projetor	Projetor de slides compatível com Micro computador portátil (notebook), entrada USB e HDMI

O automóvel será contratado mediante aluguel do serviço (automóvel e motorista) por horas de uso.

13.2. Aquisições e Contratações Necessárias

Será contratada consultoria para prestação dos serviços técnicos necessários para a execução do projeto, conforme previsto no art. 13. da lei de Licitações 8.666 de 1993. Será realizada na modalidade convite, prevista para serviços até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) conforme art. 23 da referida. As compras obedecerão ao artigo 15 da lei supracitada, devendo atender ao princípio da padronização e as condições de manutenção, devendo ser processadas por sistema de registro de preços.

14. ORÇAMENTO

Item	Quantidade (hora técnica/unidades)	Valor (hora técnica/unidade) (R\$)	Valor Final
Consultoria para identificar atividades sustentáveis existentes e potenciais	50	150,00	7500,00
Contratações para as capacitações	40	150,00	6000,00
Consultoria para criação de site	30	150,00	4500,00
Aluguel de veículo e motorista para vistoria	90	50,00	4500,00
Micro computador portátil para a sala de capacitação	01	4500,00	4500,00
Projetor de slides	01	2000,00	2000,00
VALOR TOTAL (R\$)			29.000,00

15.RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que o projeto permita o desenvolvimento das atividades econômicas alvo, de base sustentável, compatíveis com as características socioambientais da região. O alcance dos resultados depende do desdobramento do projeto em demais atuações intersetoriais, promovendo melhoria dos aspectos:

- Ambientais: avanço do saneamento básico e redução da poluição;
- Sociais: melhoria da educação e das oportunidades de emprego
- Econômicos: desenvolvimento de atividades que permitam geração de renda.

Espera-se também que ocorra o fortalecimento da autogestão e autossuficiência dos empreendedores envolvidos, com o fortalecimento da cooperação e associações de produtores e consumidores, com o apoio aos Arranjos Produtivos Inovativos Locais, conselhos locais, e outras formas de grupos que possam fortalecer os laços entre empreendedores, para maior efetividade da política pública.

16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC DO ABC. São Bernardo consolida a visita de 15 mil turistas por mês. Jornal eletrônico. Data: 13/06/2019 10:44. Redação. Disponível em <<https://www.abcdoabc.com.br/sao-bernardo/noticia/sao-bernardo-consolida-visita-15-mil-turistas-por-mes-83295>> . Acesso em 03 ago.2019

ARAUJO, Paula Lopes de; BEBER, Luciana Gomes; MOLINA, Eduardo José; CORNIERI, Marina Gonzalbo; OLIVEIRA, Gabriela. Programa Pesqueiro Sustentável: oportunidades e desafios da gestão ambiental em São Bernardo do Campo – SP. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 487-502, out.2016/mar. 2017. Disponível em <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/3331/2815> Acesso em 20 jul.2019

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 19.07.2000.

BRASIL. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Publicado no D.O.U. de 15.12.2006.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. BARROS, Silvio Magalhaes; PENHA, Denise Hamu M. De La. Brasília: EMBRATUR, 1994. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA, Portaria n01 de 20 de abril de 1994. Disponível em <http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretriz_espolicitanacionalecoturismo1994.pdf>. Acesso em 21 jun.2019

CASSIOLATO, José Eduardo; MATOS, Marcelo Pessoa de; LASTRES, Helena. **Arranjos Produtivos Locais uma Alternativa para o Desenvolvimento: Criatividade e Cultura**. - Rio de Janeiro : E-papers, 2008

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. *California Management Review*, v.36, n.2, p.90-100, 1994 *Apud* SARTORI, Simone; LATRÔNICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila

M.S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 1, p. 1-22 n jan.-mar. 2014

FILHO AMARAL, Jair. Sistemas e Arranjos Produtivos Locais. **Planejamento e políticas públicas**, n. 36. jan./jun. 2011, p.171-212

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). **Tragédia social pode secar (também) nossas torneiras**. Notícia. Publicado em 03 junho 2019. Disponível em: <<https://namidia.fapesp.br/tragedia-social-pode-secar-tambem-nossas-torneiras/187461>>. Acesso 20 jun 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Visitação em Parques Nacionais bate novo recorde em 2018**. (notícia) Publicado 14 de Fevereiro de 2019. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10216-visitacao-em-parques-nacionais-bate-novo-recorde-em-2018>> Acesso 21 jun 2019.

MINISTERIO DO TURISMO (MTUR). Mapa do Turismo Brasileiro. (s.d.). Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/sem-categoria/5854-categoriza%C3%A7%C3%A3o-dos-munic%C3%ADpios-das-regi%C3%B5es-tur%C3%ADsticas-do-mapa-do-turismo-brasileiro.html>>. Acesso em 03 ago.2019

_____. Relatório de Categorização 2018. Disponível em:<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/RelatorioCategorizacao_2018.pdf> Acesso em 03 ago.2019

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). A ONU e o meio ambiente. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso 23 jun 2019.

_____. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. – Brasília, 2010. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf > Acesso em 21 jun.2019

_____. **Brasil avança no ranking de Competitividade em turismo do Fórum Econômico Mundial**. Publicado: Quinta, 06 de Abril de 2017. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7673-brasil->

avan%C3%A7a-no-ranking-de-competitividade-em-turismo-do-f%C3%B3rum-econ%C3%B4mico-mundial.html> Acesso em 21 jun.2019

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/ SECRETARIA DE HABITAÇÃO. **Plano local de habitação de interesse social de São Bernardo do Campo,** maio 2012

<http://sihisb.saobernardo.sp.gov.br/sihisb/arquivos/PLHIS_Sao-Bernardo-do-Campo_2010_2025.pdf>. Acesso em 18 abr.2019

_____. Rota Caminhos do Capivary. 2017. Disponível em: <<http://www.saobernardo.sp.gov.br/documents/10181/20848/Caminhos+capivari+2017/96db7128-2b1f-3968-3c7c-4b2bc7850fed?t=1489430875520>> Acesso em 20 jul.2019

_____. Guia da Rota Caminhos do Capivary. (no prelo)

REDESIST. **Glossário**, 2003. Disponível em: <www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em 18 abr.2019

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Caminhos do Mar (site) s..d. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/pesm/nucleos/caminhos-do-mar/>>. Acesso em 04 ago. 2019

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Portal. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/sebraeaz/politicas-publicas,1a22c681608f7510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso 20 jun 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Políticas públicas de incentivo aos pequenos negócios.** E-book, 2017. Disponível em: <<https://eadlms.sebrae.com.br/courses/novo-sebrae/PP2017/ebook/ebook.pdf>>. Acesso 20 jun 2019.

APÊNDICE A – Proposta de Questionário a ser aplicado aos empreendedores

Nome:

Idade:

Gênero: (Masculino, Feminino, outro)

Mora na região? (Sim ou Não)

Se sim, há quanto tempo?

Escolaridade (completo ou cursando):

Ensino Fundamental; Ensino Médio; Ensino Superior

Ramo de atividade:

- Lazer e entretenimento – especificar;
- Alimentício;
- Hotéis e pousadas;
- Comércio;
- Artesanato;
- Outros – especificar.

Compra os insumos para a atividade (alimentos, produtos de limpeza) na região? () Sim () Não

Os insumos para a atividade são produzidos na região? () Sim () Não

Há quanto tempo exerce a atividade no local?

Quantas pessoas trabalham no local?

Quantidade média de clientes atendidos por mês:

Qual o faturamento médio anual?

- Até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais);
- Até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)
- Até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
- Acima de R\$ 4.800.000,00

Existem períodos de baixa/alta temporada? Quais são?

Já fez algum curso ou formação para o gerenciamento do negócio?

Quais as maiores dificuldades para o negócio – Ordene de 1 a 5 – da maior dificuldade para a menor:

- Falta de capacitação/formação específica para o setor;
- Falta de capacitação/formação em gestão do negócio;
- Dificuldade na obtenção de financiamentos;
- Dificuldade na regularização do negócio;
- Problemas na infraestrutura da região (água, energia elétrica, esgoto, internet, viário, etc.)

Existem outras dificuldades para o negócio? Quais?

Como você avalia a estrutura da região para o turismo?

- Boa
- Regular
- Péssima

Como você avalia a estrutura da região para os itens? (de 0 a 10)

- água

- energia elétrica
 - esgoto
 - coleta de lixo
 - internet
 - viário, transportes e acessos
 - segurança
 - serviços
 - outros:
- Quais os locais que você mais gosta na região do pós-balsa?
 - O que atrai os turistas para visitar a região?
 - O que você acredita que poderia ser feito para melhorar o turismo na região?
 - Você acha que a região tem uma importância ambiental para o município de São Bernardo do Campo? Por quê?